



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 3ª REGIÃO

Ata da Reunião de Trabalho do Projeto Qualidade da Água/MPF
(Projeto Qualidade da Água e Redes Digitais)

No dia 1º de agosto de 2016, às 14h00, realizou-se na sala 56 do 5º andar no prédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, localizado na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 2020, Bela Vista, Município de São Paulo – Capital, Reunião Técnica do Projeto Qualidade da Água com a presença da Coordenadora da reunião, **Sandra Akemi Shimada Kishi** (Procuradora Regional da República e Gerente do Projeto Qualidade da Água), do Mediador, **Marcelo Drügg Barreto Vianna** (Professor, Dr. do MBA de Gerenciamento de Facilidades da POLI-USP da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP e Membro do Conselho da Xingu Capital - First Capital) e dos seguintes participantes: **Alexandre Saadi** (Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação/PRR 3ª Região); **Alfredo Deak Júnior** (diretor da área de Justiça e Segurança Pública da Microsoft); **Ana Marina Martins de Lima** (Bióloga do Instituto Adolfo Lutz e do Ambiente do Meio); **Denise Arnizaut de Mattos** (pesquisadora do Instituto de Estudos Direito e Cidadania - IEDC); **Elaine Maria Frade Costa** (Médica e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo); **Érica Marteze Chandelier Pereira** (Secretária de Gabinete da Dra. Sandra A. S. Kishi); **Fernanda Viegas Reichardt** (representante do Projeto de Governança dos Recursos Hídricos da Bacia do Alto Xingu); **Francisco Barciella Júnior** (Técnico Administrativo/Informática da PRR da 3ª Região); **José Carlos Mierzwa** (Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP); **Leandro Henrique Ferreira Leme** (Promotor de Justiça/MP-SP); **Lília Toledo Diniz** (Consultora do Projeto Qualidade da Água); **Marcos Banduk** (representante da VEOLIA); **Maria Martins do Nascimento** (representante da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP); **Michel Metran da Silva** (Biólogo do Ministério Público do Estado de São Paulo); **Nelson Assal Filho** (Profissional nas áreas de Gestão de Conhecimento e Estratégia de Negócios, Responsável pela condução de diversos projetos de rede – entre eles ABIMAQ e ABNT. Diretor da SEI - Sustentabilidade, Estratégia, Inovação); **Renata Mello de Queiroz Telles** (Colaboradora do Instituto de Estudos Direito e Cidadania – IEDC); **Sérgio Xavier** (Secretário do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco).

Sandra Akemi Shimada Kishi agradeceu a todos pelas colaborações e participações no Projeto Qualidade da Água e fez uma explicação sobre os objetivos da reunião: discussão de uma Rede Digital inteligente com cruzamento de dados que atenda o levantamento da qualidade da água. Fez ainda um histórico rápido da reunião anterior sobre o assunto, realizada dia 14 de julho de 2016, da qual restou concluído que era necessário elaborar um plano de ação para a criação da Rede Digital.

Como **moderador** dos trabalhos, **Marcelo Drügg Barreto Vianna** fez uma breve explicação sobre os procedimentos da reunião e solicitou a cada um dos participantes que se apresentassem, informando suas instituições.

Lília Toledo Diniz fez um resumo acerca do Projeto Qualidade da Água. A finalidade do projeto é contribuir com a melhoria da qualidade da água fornecida em todo o território nacional. Foram gerados para tanto alguns produtos: o Manual de Atuação para membros do Ministério Público Federal na questão hídrica, um site chamado “Boletim das Águas” com publicações sobre pesquisa sobre o tema do projeto e a articulação entre stakeholders para levantar oportunidades de melhoria da qualidade da água. A preocupação atual é reunir todo o conhecimento levantado, interligá-los, fortalecê-los e garantir a continuidade da articulação e transparência. A Rede Digital viria como ferramenta para tal finalidade.

Francisco Barciella Júnior fez um resumo da última reunião, realizada dia 14 de julho de

2016. O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério Público Federal tem competência para realizar o levantamento e retransmissão das informações fornecidas pelas diversas instituições colaboradoras do Projeto Qualidade da Água (por exemplo: Sabesp, CETESB, ARSESP etc.), mas não possui competência para analisar essas informações. No entanto, ainda assim, haveria um risco de transmitir informações sem credibilidade ou incorretas. Inicialmente a Rede Digital seria um repositório de dados sobre qualidade da água.

Fernanda Viegas Reichardt questionou se a pesquisa de dados contraditórios poderiam ser publicados na Rede Digital e o **Francisco Barciella Júnior** respondeu que é possível a publicação de qualquer informação, mesmo aquelas que questionam os dados oficiais das instituições colaboradoras.

Após, o **Francisco Barciella Júnior** fez a apresentação dos slides com a explicação acerca da estrutura do Ministério Público Federal, com enfoque no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme slides anexos. O setor de TIC, segundo o Planejamento Estratégico, deve promover soluções estratégicas para colaborar com a atuação preventiva e trabalhos em parcerias com outras instituições, como o Projeto Qualidade da Água. Apresentou-se em seguida informações do Sistema Único, o qual centraliza todos os documentos judiciais, extrajudiciais e administrativos do MPF e que exige login e senha para acesso, ou seja, toda alteração ou criação de documentos é identificada e feita pela intranet. É possível dentro desse sistema restringir o seu acesso apenas a pessoas autorizadas. Para consulta externa desses documentos, foi criado o Sistema Aptus, o qual faz a busca por palavras em todos os documentos do Único e expõe somente aqueles que podem ser de conhecimento público. Apresentação anexa de **Francisco Barciella Júnior**

Lilia Toledo Diniz questionou se a Rede Digital do Projeto Qualidade da Água utilizaria esse mesmo sistema de inclusão de dados e de busca, mas com uma aparência exclusiva do Projeto Qualidade da Água. **Francisco Barciella Júnior** respondeu que o objetivo da apresentação é demonstrar que o setor de TIC tem condições técnicas de criar um banco de dados com as informações do Projeto Qualidade da Água para consulta externa, entretanto, o desenvolvimento da página para que o público externo tenha acesso de forma fácil, rápida e satisfatória vai depender do trabalho do Setor de Comunicação, o qual é responsável por esta parte da criação.

O moderador, **Marcelo Drügg Barreto Vianna**, em seguida, salientou que esta apresentação de **Barciella Júnior**, visa a fazer um histórico para determinar os limites de atuação de cada setor para desenvolvimento do projeto de Redes Digitais para o PQA e que futuramente será discutida a forma de catalogação dessas informações, inclusive determinando o que será público e o que terá acesso restrito. **Lilia Toledo Diniz** perguntou a respeito da criação de um ambiente de fórum digital interativo para discussão dos dados da Rede Digital. **Francisco Barciella Júnior** respondeu que a criação de um fórum dependeria do trabalho do Setor de Comunicação também. Além disso, ele lembrou do questionamento sobre a criação de um aplicativo para o projeto. Observou que o desenvolvimento de aplicativos envolve o Setor de TIC da Procuradoria da República de São Paulo (Primeira Instância), que futuramente pode ser consultada. Ao final falou que se houver o envolvimento do TIC poderá ser implementado o Fórum Digital.

Sérgio Xavier, Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, em seguida via internet, participou da reunião, explicando acerca do Projeto de Rede Digital para gestão de Bacias Hidrográficas em Pernambuco com mapa georeferenciados com fotos 3D de todo o Estado linkadas com o levantamento de dados sobre a qualidade da água de cada região. Além disso, existe um ambiente para participação da sociedade, uma espécie de “rede social das águas” onde a sociedade pode questionar, fazer denúncias, sugestões, elogios e acompanhar o que está sendo feito nas Bacias Hidrográficas. O trabalho será iniciado com apenas 3 rios (Capibaribe, Ipojuca e Pajeú) , mas posteriormente a intenção é disponibilizar essa ferramenta até mesmo para outros Estados. O objetivo é integrar e centralizar as informações dispersas geradas por diversos órgãos públicos e instituições de pesquisa. A proposta deve ser apresentada nos Comitês de Bacias Hidrográficas que vão definir a forma de governança da respectiva Rede Digital, com vários patrocinadores. Apresentação anexa de **Sérgio Xavier**.

Alfredo Deak questionou se o sistema de Pernambuco será baseado em cartografia digital ou documentos de uso geral, não só de cartografia. **Sérgio Xavier** respondeu que o sistema é baseado em cartografia digital com imagens 3D feitas com fotografias aéreas e quase 90% do território de Pernambuco já foi fotografado. Além disso, há um monitoramento das tarefas e dos problemas de cada região.

Lilia Toledo Diniz perguntou como é feito esse monitoramento e se a Agência Nacional de Águas está envolvida no projeto. **Sérgio Xavier** respondeu que inicialmente o sistema vai simplesmente reunir as informações que já estão disponíveis pelos órgãos e instituições responsáveis pelo monitoramento da qualidade da água. Posteriormente, as instituições vão apontar os dados que se consideram necessários para monitorar a qualidade da água de cada região. Atualmente o projeto está na fase de criação de um suporte para receber essas informações. A ANA não está envolvida, pois os rios monitorados estão dentro do território estadual no piloto do projeto.

Denise Arnizaut de Mattos perguntou ao Secretário de Meio ambiente, Sérgio Xavier, sobre a confiabilidade dos dados em nuvem e qual o motivo para colaborações externas se o governo tem obrigação em fornecer os dados de forma pública e clara para a população. **Sérgio Xavier** respondeu que a diferença não é a confiabilidade dos dados, mas sim a forma de exposição dos dados, que ocorreria de forma mais dinâmica na Rede Digital, pois os Portais de Transparência são informações estáticas como relatórios, tabelas, demonstrações contábeis etc. Na Rede Digital, um empreendedor pode, por exemplo, acessar o mapa para saber as condições hidrográficas de determinada região antes de iniciar o seu empreendimento. O objetivo é sintetizar as informações de economia, científicas, de investimento estatal e condições físicas de cada região. Além disso, levantar os riscos que correm as Bacias Hidrográficas. Sobre a confiabilidade dos dados em nuvem, não há nenhum problema, pois a Rede Digital trabalha com informações que devem ser públicas e não há necessidade de sigilo.

Alexandre Saadi perguntou quais as plataformas utilizadas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco. **Sérgio Xavier** respondeu que será indicado contato com o setor técnico da Secretaria para esclarecer dúvidas. Já existe um sistema de monitoramento de atividades do Governo do Estado de Pernambuco. A ideia é adaptar esse sistema para o monitoramento das bacias hidrográficas, recebendo dados da ARSESP, ANA, SABESP etc. **Alexandre Saadi** perguntou também, se a integração é feita com equipe interna do governo ou há outras equipes envolvidas. **Sérgio Xavier** respondeu que o principal é a equipe do governo, mas existe a participação de colaboradores externos como a equipe do Porto Digital de Recife, com fornecedores de serviço através de licitação, mas sempre através do Governo do Estado de Pernambuco. **Alfredo Deak** observou que existem modelos de monitoramento na área ambiental utilizados no exterior, com protocolos de Web Service já padronizados que podem servir de base para a criação da Rede Digital, o setor da Microsoft pode colaborar enviando essas referências.

Marcelo Drügg Barreto Vianna, moderador, sugeriu que fossem realizados contatos da equipe técnica responsável pela criação da Rede Digital da Secretaria do Meio ambiente do Estado de Pernambuco com o setor de TIC do MPF para trocar informações e experiências sobre o assunto, bem como contato com a Microsoft pelo Alfredo que enviará suas referências para os dois projetos. Houve concordância de todos com relação à sugestão.

Sandra Akemi Shimada Kishi perguntou a **Sérgio Xavier** quem forma o grupo técnico para selecionar e catalogar a informação incluída na Rede Digital no Estado de Pernambuco. **Sérgio Xavier** respondeu que primeiro é preciso definir quais as informações fundamentais. Para tanto, foi consultada a legislação sobre quais as obrigações do Governo do Estado na manutenção da qualidade da água, tanto no que se refere à água fornecida, como também as questões afins como, por exemplo, matas ciliares, planos de saneamento de esgoto etc. Segundo ponto é levantar quem já tem a obrigação legal de fornecer esses dados para a população. Terceiro ponto é procurar criar um sistema que seja facilmente compreendido pela população comum e não somente os técnicos e especialistas no assunto.

Ao término do *conference call* com **Sérgio Xavier**, **Sandra Akemi Shimada Kishi** agradeceu a participação do Sérgio Xavier e manifestou interesse em manter contato nas próximas reuniões

para trocas de experiências e talvez no futuro integrar os sistemas do MPF e do Governo do Estado de Pernambuco no monitoramento das Bacias Hidrográficas.

O moderador, **Marcelo Drügg Barreto Vianna** passou novamente a palavra para o **Francisco Barciella Júnior** responder a questões em continuidade a apresentação de **Sérgio Xavier**.

José Carlos Mierzwa perguntou: No caso do Sistema Único, ele é um repositório de documentos gerados pelo MPF para os servidores e membros do MPF, como seria feito o trabalho do setor de TIC para criar um repositório de informações que reúna informações de diversos órgãos? **Francisco Barciella Júnior** respondeu que o setor de TIC tem competência para gerar um repositório de dados que capta informações na internet, bastando definir quais as regras para essa captação, o que não há competência é para analisar esses dados. **José Carlos Mierzwa** comentou que é preciso então definir quais as fontes desses dados antes de iniciar a criação da Rede Digital para evitar retrabalho ou redundância. Além disso, se a responsabilidade legal seria desses órgãos, perguntou qual o custo que o MPF está disposto a arcar para realizar a integração e disponibilização dessas informações.

Sandra Akemi Shimada Kishi explicou aos participantes que será realizado contato com representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), que é a responsável legal pelo monitoramento e divulgação de dados de qualidade da água em todo o território nacional. O sistema da ANA, chamado HidroWeb, atende parte das informações do interesse do Projeto Qualidade da Água, mas a Rede Digital acrescentaria ainda mais informações de outros setores e também transformaria a informação em algo inteligível não só para técnicos e especialistas no assunto, mas também para a população em geral.

Marcos Banduk comentou que é preciso criar a Rede Digital em etapas, sempre acrescentando informações, p.e., hoje há informação sobre o volume de água em cada Bacia Hidrográfica, amanhã conseguimos os dados sobre presença de hormônio nessas águas, essa informação seria então adicionada à Rede Digital.

Elaine Maria Frade Costa questionou como seria feita a certificação de informações fornecidas pela população (denúncias, sugestões, participação via chat etc.) **Francisco Barciella Júnior** respondeu que no caso da participação ser completamente aberta, não há como alguém ler toda informação para certificar a veracidade antes de publicá-la na internet. **Sandra Akemi Shimada Kishi** comentou que sala do cidadão disponibilizada para denúncias ao MPF já trabalha com essa questão. Atualmente todas as denúncias envolvendo qualidade da água são encaminhadas para que ela avalie pessoalmente, inclusive de fora do Estado de São Paulo. A Rede Digital trabalharia da mesma forma. **Alfredo Deak** explicou que existe a diferença entre levantar a informação para tomar providências, como o caso da Sala do Cidadão do MPF, e levantar informação para que se apreenda o sentimento de determinada região. No segundo caso, é possível criar algoritmos que avaliam um bloco de informações fornecidos pelo público e não cada informação individualmente. **Nelson Assal Filho** explicou que é possível a restrição de participações indesejáveis com a exigência de cadastro do CPF, por exemplo, que é facilmente verificável quanto à veracidade e inibe a ação de pessoas mal-intencionadas. **Marcelo Drügg Barreto Vianna** compartilhou algumas experiências do setor empresarial com relação aos processos de denúncias e programas de *compliance*.

Michel Metran da Silva comentou que nem todos os dados são divulgados pelos órgãos responsáveis no tempo necessário para acompanhar de fato a qualidade da água. Por exemplo, o DAEE tem a responsabilidade de divulgar diariamente os dados de vazão de água, mas eles dificultam o acesso a essa informação no tempo hábil para a fiscalização. Questiona-se então se a Rede Digital do MPF conseguirá contemplar o levantamento de dados temporais e espaciais, que devem ser sempre atualizados. **Lília Toledo Diniz** sugeriu que os trabalhos deveriam iniciar com as informações disponíveis, mas também que a própria Rede Digital pode ser um incentivo para que as instituições forneçam informações atualizadas. **Ana Marina Martins de Lima** propôs que a Rede Digital deveria ser alimentada por duas fontes: uma científica para auxiliar os pesquisadores e técnicos e outra para a sociedade em geral. Uma sugestão seria questionar se a pessoa que está incluindo a informação é especialista ou leigo no assunto. Sobre a simplificação da linguagem, sugeriu consultar o site www.ambientedomeio.com a título de exemplo.

Fernanda Viegas Reichardt ressaltou que a contribuição da população é essencial para o sucesso do projeto de Redes Digitais, já que muitas vezes a população local é a que tem as melhores condições de fornecer informações sobre a qualidade da água da região. São questões a serem levantadas: Como fazer para simplificar a linguagem técnica para a população e criar um ambiente de cooperação entre especialistas e leigos que empodere a população?

Nelson Assal Filho, na sua apresentação, comentou que o grande objetivo do projeto é agregar as informações para facilitar a atuação do Ministério Público e informar a população. Escutar a sociedade de maneira estruturada também é importante. O desafio é modelar os objetivos e identificar o público da plataforma de forma inicialmente simples (“keep it simple”). Apresentou então a sistematização do projeto de Redes Digitais em 4 Macros Processos: 1º macro processo: identificação, triagem, tratamento e inserção da informação para formar um banco de dados (a curto prazo – cerca de 1 ano para concluir); 2º macro processo: escutar a sociedade para entender os riscos (a curto prazo – cerca de 1 ano para concluir). Medir a percepção da sociedade por região e grupo os riscos; 3º macro processo: integração com banco de dados já existentes (a médio prazo – cerca de 3 anos para concluir) 4º macro processo: análise, coordenação de ações, interlocução com a academia, organizações vinculadas ao tema. Coordenação e aplicação de estratégias para resolver os problemas encontrados (a longo prazo – cerca de 6 anos para conclusão). Apresentação anexa de **Nelson Assal Filho**.

Francisco Barciella Júnior perguntou se existe alguma forma de descarte de informações consideradas de pouca relevância nesses processos. **Nelson Assal Filho** respondeu que não há descarte, o que há é um direcionamento da obtenção de informação pela prévia indexação e taxonomia. Não se fazem aberturas de participação livre, mas direciona-se o público para informar aquilo que é do interesse do projeto. **Ana Marina Martins de Lima** perguntou se esses processos ficariam abertos para intervenção na internet. **Nelson Assal Filho** respondeu que os processos são fechados para somente quem tem autorização, com login e senha. A exposição foi feita a título de exemplificação de metodologia para a Rede Digital e não como modelo fechado de trabalho. **Sandra Akemi Shimada Kishi** comentou que os recursos humanos para a criação da Rede Digital seriam da equipe do Projeto Qualidade da Água do Ministério Público Federal e seus colaboradores (estagiários do MPF, estudantes e pesquisadores interessados no tema e nos resultados da pesquisa), e complementou, quanto aos aspectos financeiros, seria eventualmente possível obter recursos com os Comitês das Bacias Hidrográficas, para o desenvolvimento e implementação do Projeto.

Alfredo Deak informou que a Microsoft possui uma estrutura de comunidades práticas. A comunidade que ele gerencia é denominada Justiça e Segurança Pública, mas existem também comunidades ligadas ao Meio Ambiente e até especificamente com relação às questões de gestão de águas. Se propôs a entrar em contato com esses setores para ver qual tipo de conhecimento e informação possuem que podem contribuir com o Projeto Qualidade da Água do MPF. **Marcos Banduk** ficou de verificar como sua empresa Veolia poderia também contribuir com o setor de TIC do MPF para troca de experiências.

O moderador **Marcelo Drügg Barreto Vianna** passou a palavra para **Lilia Toledo Diniz**, que realizou uma apresentação.

Na sua apresentação, **Lilia Toledo Diniz** comentou que com relação ao marco 2 descrito pelo Nelson, em resumo, são necessárias as ações: gestão de stakeholders, que incluem pesquisadores, lideranças locais, empresas, representantes de órgãos e agências governamentais, de comitês de bacia; e organizações não governamentais; e a percepção dos riscos e oportunidades em função da qualidade e quantidade da água. O monitoramento das atividades, ações, políticas e projetos devem ser feitos em relação à melhoria ou piora da qualidade e quantidade da água. Em seguida, destacou lista com sugestão de temas a serem abordados: usos da água, quantidade e qualidade da água, saúde da população, parâmetros de qualidade da água, capacidade de monitoramento, capacidade de tratamento e múltiplas barreiras (prevenção de problemas, incluindo por meio de recuperação de mata ciliar, barreiras contra erosão), atividade econômica (como garantir recursos e incentivos para melhoria da qualidade e quantidade da água), transparência e preservação ambiental. Em todos os casos deve-se buscar adequar a linguagem de acordo com o stakeholder. Foram levantadas as

seguintes contribuições necessárias: 1. Destacar a responsabilidade legal dos agentes públicos e privados; 2. Destacar a questão territorial, as condições específicas de cada região; 3. Destacar as comunidades tradicionais e sua visão diferenciada e 4. Procurar seguir a linguagem apropriada para contato com os stakeholders, adaptando-se a cada situação.

Apresentação anexa de **Lilia Toledo Diniz**

Marcelo Drügg Barreto Vianna, moderador perguntou aos participantes, quais deveriam ser os próximos passos do grupo com relação as atividades a serem desenvolvidas.

Lilia Toledo Diniz recomendou definir os temas e áreas do SRM, operacionalizar a ferramenta, definir e capacitar a equipe. Conforme conversa com Nelson, observou que é possível disponibilizar o SRM e dar início a sua utilização brevemente. Perguntou em seguida ao **Francisco Barciela Júnior** o que é necessário para a criação desse banco de dados pelo TIC do MPF (recursos humanos e financeiros, equipe, prazo etc).

Francisco Barciella Júnior prontificou-se a elaborar um roteiro em conjunto com o Nelson **Assal Filho** envolvendo também o setor de Planejamento Estratégico e o Setor de Comunicação, para ser entregue à **Sandra Akemi Shimada Kishi** e ao grupo de trabalho do MPF. Complementou que a agenda de atividades a serem desenvolvidas para o Projeto, deveria ser feita posteriormente.

Denise Arnizaut de Mattos, em resposta as questões do moderador, sugeriu a criação de estratégia para arrecadação de fundos junto ao setor empresarial para o desenvolvimento e implementação do projeto, tendo em vista que utilizam muito os recursos hídricos. Solicitou apoio do moderador e de outros membros do setor empresarial que participam do grupo para auxiliarem no processo de arrecadação de recursos no futuro.

Renata Mello de Queiroz Telles, com relação aos próximos passos, sugeriu que deveria ser envolvida a Fundação Florestal no Projeto e a DataGeo.

Alfredo Deak, complementando, sugeriu que fosse convidada a Polícia Ambiental para participar do Projeto e manter contato com o setor técnico de TIC para troca de experiências.

Nelson Assal Filho sugeriu a definição de temas, taxonomia e um cronograma de atividades. Para o futuro, sugeriu a criação de uma certificação de qualidade da água.

Elaine Maria Frade Costa recomendou a elaboração de organograma dos participantes do Projeto e respectiva equipe de trabalho, incluindo funções.

Ana Marina Martins de Lima sugeriu adequar a linguagem conforme os stakeholders.

José Carlos Mierzwa: recomendou que fossem determinadas as prioridades da lista dos temas propostas na apresentação de **Lilia Toledo Diniz**.

Sandra Akemi Shimada Kishi solicitou que todos que tivessem estudos sobre os temas, os encaminhassem para a equipe do projeto.

Um resumo dos temas recomendados pelos participantes, complementando a apresentação de Lilia Toledo Diniz, foram: 1. Fundraising para o Projeto; 2. Envolver Fundação Florestal e Consema; 3. Agregar contribuições de experiências da Comunidade Água da Microsoft; 4. Envolver a Polícia Ambiental (ambiental e TI); 5. Envolver operadores de saneamento como stakeholder do SEM; 6. Criar no futuro certificação de qualidade das águas, envolvendo ABNT, ANA, ISSO, 7. Inclusão da Responsabilidade Legal como tema no SEM; 8. Construir um Organograma e definição de equipes do Projeto; 9. Definir prioridades no grupo, e 10. Procurar sempre adequar a linguagem em entrevistas para fugir de termos técnicos

Marcelo Drügg Barreto Vianna recomendou a realização das estimativas financeiras bem como a definição dos aspectos operacionais do modelo de gestão do Projeto, após a aprovação das prioridades e outras questões específicas do Projeto.

O moderador, **Marcelo Drügg Barreto Vianna**, ao término das sugestões e recomendações acima, propostas pelos participantes, solicitou que cada um respondesse quais os pontos

negativos e positivos da reunião, para auxiliar nos próximos encontros.

As respostas abaixo foram dadas pelos participantes:

Renata Mello de Queiroz Telles: deveríamos aprofundar nos temas na próxima reunião, mas falta tempo suficiente.

Marco Banduk: positivo: todos são apaixonados pelo tema; negativo: muitos assuntos tratados em pouco tempo;

Alexandre Saadi: negativo: o objetivo está ficando cada vez mais amplo, sem definir prioridades;

Francisco Barciella Júnior: precisa de um intervalo em reuniões de mais de duas horas;

Lilia Toledo Diniz: negativo: faltou tempo para aprofundar os temas e positivo: conseguimos trazer questões práticas para a discussão.

Nelson Assal Filho: positivo: está começando a se delimitar as ações necessárias e negativo: reunião muito longa, mesmo entendendo a necessidade de tempo.

Danilo: positivo: quantidade de pessoas melhor do que as reuniões anteriores.

O moderador **Marcelo Drügg Barreto Vianna** ao término da reunião passou a palavra para **Sandra Akemi Shimada Kishi** que agradeceu a participação de todos, informou que Promotores de Justiça não puderam comparecer justificadamente e encerrou a reunião.

A reunião encerrou-se às 19h27, sendo que a Ata vai devidamente assinada por mim, **Érica Marteze Chandelier Pereira**, _____, que a digitei. Anexa segue a lista de presença assinada pelos participantes da reunião.

Anexos: Apresentações realizadas pelos participantes no link: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/eventos/reuniao-projeto-qualidade-da-agua-e-redes-digitais-01-08-2016-prr-3a-regiao/>.

São Paulo, 1º de agosto de 2016.